www.pwc.com.br

Cooperativa de Crédito com Interação Solidária do Pioneira

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

pwc

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Diretores e Cooperados
Cooperativa de Crédito com Interação Solidária do Pioneira

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária do Pioneira ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, de sobras ou perdas abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito com Interação Solidária do Pioneira em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

(DC1) Uso Interno na PwC - Confidencial

Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Pioneira

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 04 de Março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

(DC1) Uso Interno na PwC - Confidencial

Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2021	2020
Ativo		
Circulante	556.935	406.981
Disponibilidades (Nota 6)	6.048	6.661
Instrumentos Financeiros	542.975	391.274
Relações interfinanceiras (Nota 6)	173.549	138.429
Operações de crédito (Nota 7)	380.033	270.666
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-10.607	-17.821
Outros créditos	7.545	8.570
Créditos por avais e fianças honrados	0	0
Rendas a receber (Nota 8)	5.994	4.250
Diversos (Nota 8)	1.551	4.320
Outros valores e bens (Nota 9)	367	476
Realizável a longo prazo	514.056	473.257
Instrumentos Financeiros	514.056	473.257
Operações de crédito (Nota 7)	528.816	473.257
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota7)	-14.760	0
Despesas antecipadas	0	0
Permanente	32.311	27.251
Investimentos (Nota 10 a)	23.498	21.066
Intangível	0	0
Imobilizado de Uso (Nota b)	13.692	10.244
Depreciação	-4.879	-4.059
Total Ativo	1.103.302	907.489

	2021	2020
Passivo		
Circulante	635.484	491.300
Depósitos e demais Instrumentos financeiros	622.871	483.542
Depósitos à vista (Nota 11)	95.038	73.383
Depósitos à prazo (Nota 11)	284.779	219.357
Depósitos em Poupança (Nota 11)	651	140
Relações interdependências (Nota 12)	664	2.337
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	241.739	188.325
Outras obrigações	12.613	7.758
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	170	0
Sociais e estatutárias	7.887	3.099
Fiscais e previdenciárias	926	683
Diversas (Nota 14)	3.630	3.976
Não Circulante	336.823	318.707
Depositos e demais instrumentos financeiros	336.402	318.163
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	336.402	318.163
Provisão para causas Judiciais (Nota 15)	421	544
Patrimônio líquido (Nota 16)	130.995	97.482
Capital social	85.321	66.854
Fundo de reserva	40.210	25.516
Sobras (Perdas) acumuladas	5.464	5.112
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.103.302	907.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira

Demonstração de sobras ou perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020
Receitas da intermediação financeira	94.335	65.016
Operações de crédito (Nota 7)	87.201	62.181
Depósitos intercooperativos	7.134	2.835
Despesas de intermediação financeira	-51.704	-36.806
Operações de captação no mercado (Nota 11)	-9.733	-3.963
Operações de empréstimos e repasses (Nota 13)	-30.202	-24.439
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito(Nota 13)	-11.769	-8.404
Resultado bruto da intermediação financeira	42.631	28.210
Outras receitas e despesas operacionais	-16.381	-13.057
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	11.648	10.097
Rendas de tarifas bancárias (Nota 17)	6.760	5.038
Despesas de pessoal(Nota 18)	-17.866	-13.989
Despesas administrativas (Nota 19)	-8.356	-7.035
Despesas de Depreciação	-1.477	-1.193
Despesas de Amortização	0	0
Despesas tributárias	-40	-40
Outras receitas operacionais (Nota 20)	3.325	2.515
Outras despesas operacionais (Nota 21)	-10.375	-8.450
Resultado operacional	26.250	15.153
Resultado não operacional	349	83
Resultado antes dos tributos	26.599	15.236
Tributos sobre o lucro	-183	-70
Provisão para imposto de renda	-91	-35
Provisão para contribuição social	-92	-35
Sobras (perdas) do semestre/exercício	26.416	15.166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020
Demonstração do resultado abrangente		
Sobras líquidas do exercício	26.416	15.166
Outros resultados abrangentes	0	0
Total das sobras abrangentes do exercício	26.416	15.166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital Social	Fundo de Reserva	Sobras (perdas) acumuladas	Total
Em 1 de janeiro de 2020	56.669	18.825	3.261	78.755
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	3.256	5	-3.261	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	0	0
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	9.426	0	0	9.426
Baixas de capital	-4.293	0	0	-4.293
Sobras (perdas) do exercício	0	0	15.166	15.166
Destinações legais e estatutárias	1.796	6.686	-10.054	-1.572
Fates	0	0	-1.572	-1.572
Fundos Voluntários	0	0	0	0
Fundos de Reserva	0	6.686	-6.686	0
Juros ao capital próprio	1.796	0	-1.796	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2020	66.854	25.516	5.112	97.482
Em 1 de janeiro de 2021	66.854	25.516	5.112	97.482
Distribuição de Sobras / Retenção de Sobras	2.287	1.669	-3.956	0
Distribuição sobras pagamento	0	0	-1.156	-1.156
Rateio de Perdas	0	0	0	0
Integralizações de capital	16.931	0	0	16.931
Baixas de capital	-3.485	0	0	-3.485
Sobras (perdas) do exercício	0	0	26.416	26.416
Destinações legais e estatutárias	2.734	13.025	-20.952	-5.193
Fates	0	0	-2.825	-2.825
Fundos Voluntários	0	0	-2.368	-2.368
Fundos de Reserva	0	13.025	-13.025	0
Juros ao capital próprio	2.734	0	-2.734	0
Outras reservas estatutárias	0	0	0	0
Em 31 de dezembro de 2021	85.321	40.210	5.464	130.995

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação	26.599	15.236
Ajustes as sobras/perdas líquidas	13.123	9.473
Despesas de depreciação e amortização	1.477	1.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11.769	8.404
Provisão para passivos contigentes	-123	-231
Ganho com vendas de ativo imobilizado	0	107
Variações patrimoniais	-10.784	1.733
Operações de crédito	-169.149	-229.071
Outros créditos	1.025	-3.228
Outros valores e bens	109	-116
Depósitos	87.588	123.292
Obrigações por empréstimos e repasses	71.653	110.822
Relações Interdependências	-1.673	1.767
Outras obrigações	-337	-1.733
Imposto de renda e contribuição social pagos	-183	-70
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	27.599	26.372
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Valor recebido pela venda de imobilizado	3.183	107
(Integralização)/Resgate de cotas de investimento	-2.432	-6.221
Aquisição de imobilizado de uso	-7.289	-1.447
Aplicação no intangível	0	0
Outros ajustes	0	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de Investimento	-6.538	-7.561
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização capital	16.931	9.426
Baixas Capital	-3.485	-4.293
Distribuição Sobras Pagamento	-1.156	0
Caixa e equivalentes de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	12.290	5.133
Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	34.507	23.944
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	145.090	121.146
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	179.597	145.090

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Seção A - Informações Gerais

1 Contexto operacional

A Cooperativa De Credito e Investimento Com Interacao Solidaria Pioneira - Cresol Pioneira (Cooperativa), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cresol Central Baser ('Central Cresol'), localizada no municipio de Dois Vizinhos-PR . A cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 10 de janeiro de 1996 e tem por objetivos principais:

(a) proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados através de suas atividades específicas;

(b) prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;

(c) atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo; e

(d) o estímulo ao desenvolvimento econômico e interesses comuns dos associados.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do sistema Cresol.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, Lei Complementar 130 de 17 de Abril de 2009 e Resolução BCB nº 02 de 12 de agosto de 2020, Resolução nº 4747 de 29 de agosto de 2019, Resolução nº 4818 de 29 de maio de 2020, Resolução nº 4924 de 24 de junho de 2021, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já aprovados pelo CMN: CPC 00 (R2)-Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Homologado pela Deliberação CVM 835 de 11/12/2019; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução Bacen/CMM 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.750/09; CPC 24 - Evento Subsequente -homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução Bacen/CMN nº 3.823/09; CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução Bacen/CMN 4.335/16; CPC 33 - Benefícios a empregados, CMN nº 4245/2015. Os demais pronunciamentos serão aplicaveis a partir de sua aprovação pelos órgãos reguladores.

Os CPC's, 10 - (R1) Pagamento Baseado em ações e 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Retificação de Erro, apesar de aprovados pelo CMN, não afetaram as demonstrações financeiras da Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A divulgação destas demonstrações financeiras foram autorizadas pela diretoria em 04 de Março de 2022.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração das sobras ou perdas

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate ajustadas ao valor presente, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro que são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

Demonstração do Resultado com Ato Não Cooperativo

	2021	2020
Receita com Ato Não Cooperativo	823	466
Custo com Ato Não Cooperativo	365	229
Resultado com Ato Não cooperativos	458	237
Tributos com Ato Não Cooperativo	183	70

O resultado de atos não cooperativos é imaterial e por essa razão não estão sendo apresentados na demonstração de sobras ou perdas.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituida com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 35% do lucro tributável.

(b) Caixas e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composta por depósitos interfinanceiros, os saldos são evidenciados acrescidos da atualização mensal dos valores de acordo com a aplicação da taxa de juros praticada para cada aplicação.

(d) Títulos e valores mobiliários

São registrados de acordo com o valor das cotas informado pelos administradores dos fundos investidos.O saldo dos títulos e valores mobiliários são classificados na categoria 'Mantidos para negociação' tendoa fixação de preços dos ativos financeiros com base nos preços de mercado e seus ganhos e perdasreconhecidos na demostração das sobras ou perdas (marcação a mercado)

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

(f) Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a Central Cresol, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo. Cabe ainda mencionar que este saldo possui a caracteristica de caixa e equivalentes de caixa conforme previsto no CPC 03 devido sua alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas pro rata temporis até a data do balanço.

(h) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito(PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras. Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros. A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
A vencer ou até 14 dias	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível 'H' permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(g) Ativo permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Edificações.....	4% a.a
Instalações,móveis e utensílios e sistemas de comunicação, segurança e transporte.....	10% a.a
Sistema de processamento de dados.....	20% a.a
Veículos.....	20% a.a

(h) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(i) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2021.

(j) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. Os depósitos à vista e a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(l) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex colaboradores, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável. Os processos judiciais classificados como perda possível são divulgados em notas explicativas. Os processos judiciais classificados como risco remoto não são provisionados e nem divulgados.

(m) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(n) Provisão para participação nos resultados - PLR

A PLR é uma modalidade de remuneração, baseada na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho.

(o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para causas judiciais, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

(p) Resultado não recorrente

Conforme Resolução nº2 do BCB, a administração não identificou no período de 2020 e 2021 resultados não recorrentes, sendo que as sobras de R$ 26.416 em 31 de dezembro de 2021 (2020 – R$ 15.166) são oriundos das operações normais da Cooperativa.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

5 Estrutura de gerenciamento de riscos

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoração de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A Cooperativa aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Sistema e Liquidez, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades da Cresol.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema sujeitas;
- Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das do Sistema Cresol;
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

6 Disponibilidades e relações interfinanceiras

	2021	2020
Disponibilidades	6.048	6.661
Relações interfinanceiras	173.549	138.429
	179.597	145.090

Disponibilidades

São os recursos disponíveis e utilizados pela Cooperativa para a movimentação financeira com o objetivo de receber valores financeiros e pagar compromissos financeiros de curto prazo e rotineiros.

Relações interfinanceiras

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 80,00 % do CDI (2020 - 80%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita apresentada foi de R$ 7.134 (2020 - R$ 2.835) registrada na rubrica receitas de intermediação financeira na demonstração de sobras ou perdas.

7 Operações de crédito

(a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação (líquido de PCLD)

			2021	2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Operações de crédito - Recursos próprios				
Empréstimos e títulos descontados	126.104	147.220	273.324	211.811
Financiamentos Rurais e agroindustriais	1.066	3.643	4.709	6.463
Financiamentos	24.242	60.818	85.060	59.400
Operações de crédito - Recursos por repasses				
Financiamentos Rurais e agroindustriais	228.621	317.135	545.756	466.249
(-) Provisão para Crédito de Liquidações Dúvidosas	-10.607	-14.760	-25.367	-17.821
Carteira total	369.426	514.056	883.482	726.102

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das operações de recursos próprios é de 16,43% ao ano, proporcionando uma receita de R$ 59.664 (2020 - R$ 39.046, com remuneração média de 14,06%) e a remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 das operações de recursos por repasses é de 5,05 % ao ano, proporcionando uma receita de R$ 27.537 (2020-R$ 23.135 e a remuneração média foi de 0,00%) registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

(b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
	2021	2020	2021	2020
Níveis de risco				
Nível AA	0	0	0	0
Nível A	393.691	358.415	-1.969	-1.792
Nível B	439.823	344.910	-4.398	-3.449
Nível C	41.170	18.755	-1.235	-563
Nível D	10.393	5.965	-1.039	-596
Nível E	5.801	3.176	-1.740	-953
Nível F	4.367	3.499	-2.184	-1.749
Nível G	2.674	1.612	-1.872	-1.128
Nível H	10.930	7.591	-10.930	-7.591
Total	908.849	743.923	-25.367	-17.821

(c) Coobrigações em garantias prestadas

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações, quando existentes estão assim compostas:

	2021	2020
Garantias prestadas em operações de associados		
Carta aval/fiança - com operações de limite cartão	13.598	0
	13.598	0

(d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldo no inicio do periodo	22.569	14.403
Constituição	11.769	8.404
Baixados a Prejuízo	-8.971	-238
	25.367	22.569

(e) Distribuição das operações por tipo de cliente e atividade econômica

	2021	2020
Rural		
Pessoa física	741.083	609.041
Pessoa jurídica	167.766	134.882
	908.849	743.923

(f) Distribuição por faixa de vencimento

	2021	2020
Operações vencidas		
Até 30 dias	4.749	1.536
Entre 31 e 60 dias	1.469	511
Entre 61 e 90 dias	485	256
Entre 91 e 120 dias	622	603
Entre 121 e 150 e dias	368	168
Entre 151 e 180 e dias	261	86
Entre 181 e 240 e dias	452	229
Entre 241 e 300 e dias	590	196
Entre 301 e 360 e dias	268	86
Entre 361 e 540 e dias	56	3
	9.320	3.674
Operações a vencer		
Até 30 dias	30.076	19.175
Entre 31 e 60 dias	22.280	16.160
Entre 61 e 90 dias	33.792	23.732
Entre 91 e 180 dias	129.000	99.597
Entre 181 e 360 dias	156.644	109.828
Entre 361 e 720 e dias	139.413	116.442
Entre 721 e 1080 e dias	109.090	88.882
Entre 1081 e 1440 e dias	83.183	71.732
Entre 1441 e 1800 e dias	64.209	59.461
Entre 1801 e 5400 e dias	123.943	131.116
Vencer prazo indeterminado (cheque especial e limite de crédito)	7.899	4.124
	899.529	740.249
	908.849	743.923

(g) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	2021	2020
Renegociadas	8.915	21.823
Lançadas contra prejuízo	4.122	4.986
Recuperadas de prejuízo (Nota 20)	2.004	1.900

8 Outros créditos

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

(a) Rendas a Receber

	2021	2020
Rendas de Spread a receber Repasses Central	5.994	4250
	5994	4250

(b) Diversos

	2021	2020
Adiantamentos e antecipações salariais	65	32
Cartão de credito	0	0
Devedores por compras de valores e bens	35	0
Provisão por Venda de Bens	0	0
Adiantamento por conta de imobilizações	1.347	0
Tributos a compensar	0	0
Imposto de renda a recuperar	6	0
Títulos e créditos a receber	0	0
Devedores diversos - País	98	3.533
	1.551	4.320

9 Outros valores e bens

Os saldos de outros valores e bens, estão assim demonstrados:

	2021	2020
Bens não de uso próprio	456	566
Material de estoque	0	0
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-89	-90
	367	476

10 Permanente - Investimentos

(a) Investimentos

	2021	2020
Participação na Central Cresol (*)	23.459	19.991
Participação na Base Regional	0	1.036
Participação em outras empresas	39	39
	23.498	21.066

(*) Participação em 2021 referente a 30.05% (2017 - 25.61%) do capital social da Central Cresol.

(b) Imobilizado de Uso

	2021					2020
	Aquisições	Alienações	Depreciação Custo	Baixa Depreciação	Liquido	Liquido
Imobilizações em Curso	2.749	-1.596	0	0	1.941	788
Terrenos	0	-194	0	0	0	194
Edificações	0	-1.037	-248	0	909	2.194
Móveis e Equipamentos	3.099	-206	-950	0	4.517	2.574
Veículos	0	0	0	0	0	0
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.441	-150	-279	0	1.446	434
	7.289	-3.183	-1.477	0	8.813	6.184

(c) Intangível

	2021				2020
	Aquisições	Alienações	Amortizações	Liquido	Liquido
Ativos Intangíveis	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0

11 Depósitos

Os depósitos são constituídos pelos saldos mantidos pelos cooperados em conta corrente (depósito à vista) e em aplicações financeiras (depósito a prazo), conforme abaixo:

	2021	2020
Depósitos à vista	95.038	73.383
Depósitos a prazo	284.779	219.357
Depósitos em Poupança	651	140
	380.468	292.880

As despesas com captação do exercício foram de R$ 9.733 e o percentual médio de remuneração anual foi de 3,42% (2020-R$3.963 e o percentual médio de remuneração anual foi de 1,81%), registrada na rubrica "Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado" na Demonstração de sobras ou perdas.

12 Relações interdependências

As Relações interdependências, classificadas no passivo estão assim compostas:

	2021	2020
Cartão Crédito	190	150
Outros	474	619
Pagamentos Instantâneos	0	0
	664	769

13 Obrigações por empréstimos e repasses

Os empréstimos e repasses são apresentados a seguir:

	2021			2020
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Central Cresol Baser	241.739	336.402	578.141	506.488
	0	0	0	0
	0	0	0	0
	241.739	336.402	578.141	506.488

O grupo Obrigações por empréstimos refere-se a recursos tomados junto a Central Cresol Baser, com vencimento até 15 de fevereiro de 2028. Os encargos financeiros são calculados pro rata dia e as taxas estão de acordo com a modalidade de cada empréstimo bancário, sendo PRONAF (1% a 5,5%) e PRONAMP (5,5% a 7,5%). As taxas são definidas pelo Conselho Monetário Nacional e incidem diretamente sobre o saldo devedor. A taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados com a Central Cresol Baser foi de 5% ao ano (2020–5% a.a), representando uma despesa de R$ 30.202 (2020- R$24.439), lançada na rubrica "Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses" na demonstração de sobras ou perdas.

14 Outras obrigações - diversas

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2021	2020
Obrigações por aquisição de bens e direitos	43	44
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	0	0
Provisão para pagamento a efetuar	1.661	1.117
Credores diversos - País	1.926	2.815
Outras provisões	0	0
Repasse a operadora de cartão	0	0
	3.630	3.976

Os grupos 'Provisão para pagamentos a efetuar' e 'Credores diversos-País' referem-se aos valores pendentes de compensação pela Cooperativa, como cheques depositados e não compensados e cobranças pendentes de repasse.

15 Provisão para passivos contingentes

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa avaliou a existência de passivos relacionados a causas judiciais com probabilidade de perda considerada como provável. Quando existentes estes passivos devem ser provisionados.

Além disso, a Cooperativa analisa a existência de ações de natureza cível, trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis e remotos, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída:

Natureza	Probabilidade de perda	Valor estimado de perda	Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2021	Valor provisionado-saldo em 31 de dezembro de 2020
Tributária	Provável	0	0	275
Tributária	Possível	0		

Trabalhista	Provável	145	145	72
Trabalhista	Possível	0		
Cível	Provável	276	276	197
Cível	Possível	0		
		421	421	544

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é dividido em cotas-partes de valor unitário equivalente a R$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

	2021	2020
Números de associados	19.723	15.701
Capital social - milhares de reais	85.321	66.854

(b) Integralizações e baixa de capital

Representam respectivamente o ingresso de novos associados com integralização de cotas-partes e o desligamento de associados mediante solicitação de devolução do capital integralizado.

(c) Juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa havia provisionado a título de juros sobre capital próprio o valor de R$ 2.734 (2020- R$1.796).

O cálculo dos juros sobre capital próprio está de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 130/2009 e trata-se de remuneração das cotas-partes do capital limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). O pagamento dos juros foi incorporado às cotas de capital.

(d) Fundo de reserva

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10,00%, pelo menos, das sobras líquidas do exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social.

A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 55,00% como fundo de reservas sobre as sobras liquidas do exercício.

(e) FATES

De acordo com artigo 28, inciso II, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5,00%, pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício e após o provisionamento dos juros sobre capital próprio, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. A cooperativa aprovou em Assembléia Geral Extraordinária o valor de 10,00% como FATES sobre as sobras liquidas do exercício.

(f) Destinação do resultado acumulado

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de Março de 2021, foi aprovada a destinação das sobras do exercício de 2020 de R$ 5.112 sendo R$ 2.287 para distribuição aos associados através de integralização de capital, proporcionalmente às operações por eles realizadas com a cooperativa no exercício de 2020 e R$ 1.669 para o fundo de reserva (2019 - R$ 3.261, sendo R$ 5 para fundo de reserva, R$ 3.256 para aumento de capital).

17 Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	2021	2020
Rendas de serviços bancários	0	40
Rendas de tarifas bancárias	6.760	5.038
Rendas com serviços de cartão de crédito	1.155	384
Renda com serviços de seguros	3.193	3.675
Rendas com serviços de spread sobre recebimento de títulos	120	50
Rendas de spread operações de repasse	7.046	5.920
Outras receitas diversas	134	28
	18.408	15.135

18 Despesas de pessoal

	2021	2020
Honorários pagos a diretores e conselheiros (Nota 23)	972	1.365
Proventos	7.943	5.790
Encargos sociais	3.096	2.297
Benefícios	5.754	4.509
Treinamentos	48	1
Remuneração a estagiários	53	27
	17.866	13.989

19 Despesas administrativas

	2021	2020
Serviços do sistema financeiro	2.000	2.396
Outras despesas administrativas	288	173
Aluguéis	758	541
Serviços de terceiros	453	322
Serviços de vigilância e segurança	563	523
Transporte	249	222
Processamento de dados	213	147
Promoções e relações públicas	552	263
Despesa de comunicações	331	234
Depreciação	0	0
Seguros	115	112
Água, energia e gás	380	348
Serviços técnicos especializados	388	293
Material	322	197
Manutenção e conservação de bens	735	618
Propaganda e publicidade	456	294
Despesas com Viagens	49	52
Despesas com ressarcimento de custos conselheiros	1	0
Despesas com copa e cozinha	33	17
Despesas com custas judiciais	167	113
Despesas de Cartórios	29	61
Despesas com Assembéias Gerais	4	0
Despesas de Uniformes	109	75
Despesas de diárias e estadias	0	34
Publicações	1	0
Despesa com outras provisões	160	0
Provisão para desvalorização de Bens não de Uso	0	0
	8.356	7.035

20 Outras receitas operacionais

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas	0	0
Reversão de provisões operacionais	357	238
Rendas de titulos e valores mobiliários	0	1
Recuperação de créditos baixados a prejuízo (Nota 7 (g))	2.004	1.900
Rateio antecipado de custos	1	4
Doações recebidas	0	0
Recuperação de custos projeto seguros	0	0
Outras rendas operacionais	963	372
	3.325	2.515

Do montante de R$ 963 de outras rendas operacionais, R$ 300 refere-se ao Acesso ao Fundo de Expansão, R$ 168 a rendas de equalização do Pronaf custeio, R$ 227 ressarcimento de planos de saúde e R$ 268 outras receitas operacionais

21 Outras despesas operacionais

	2021	2020
Despesa do fundo garantidor de depósito	522	350
Descontos concedidos em renegociações	414	1.869

Despesas com Convênio Cooperativa Central (Nota 23)	1.498	1.750
Prejuizo com Adiantamento a Depositantes	0	0
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 23)	513	0
Despesas com Consultas CAD (SPC/SERASA)	0	0
Despesas com operações de caixa	0	0
Despesas com administração de cartão crédito	967	662
Despesas com Fundo de Liquidez e Expansão	857	387
Despesas com Rateio de Custos Confederação	4.387	2.545
Despesas com perdas operacionais	702	469
Despesas com Processos Judiciais	0	0
Despesas com Mensalidades Infocos/Unicafes	18	6
Despesas com ISSQN	13	5
Despesas de Atualização de Impostos	0	0
Outros	484	407
	10.375	8.450

22 Participação dos colaboradores no resultado

Encontra-se provisionada na demonstração de sobras e perdas na rúbrica Despesas de Pessoal (Nota 18) valor relativo à provisão de participação dos colaboradores no resultado (PLR). Essa provisão é realizada de acordo com o disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.

A PLR é uma modalidade de remuneração variável que não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada a performance da Cooperativa. A Legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com as regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao Sindicato da Categoria e devidamente registrado ao Ministério do Tabalho

Em 31 de dezembro de 2021, o valor provisionado é de R$ 1.645 (2020- R$ 1.389).

23 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

	2021	2020
Depósitos à vista		
Pessoas físicas	102	41
Depósitos a prazo		
Pessoas físicas	1.230	547
Operações de crédito	1.970	728
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave (Nota 18)	972	1.365

Adicionalmente, são os seguintes os saldos com a parte relacionada Central Cresol:

	2021	2020
Centralização Financeira – cooperativas (Nota 6)	173.549	138.429
Remuneração da Centralização Financeira	7.134	2.835
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	578.141	506.488
Despesas com operações de empréstimos e repasses	30.202	24.439
Despesas com Base Regional de Serviços (Nota 21)	513	0

As despesas da Central Cresol são rateadas mensalmente para as cooperativas a ela filiadas de acordo com os critérios abaixo:

Parte do Orçamento anual da Central Cresol Baser é proveniente das mensalidades das cooperativas a ela filiadas, sendo que o rateio é realizado de acordo com o total dos ativos das Cooperativas, aplicando-se o percentual de 0,0122% sobre os ativos. Sendo a contribuição mínima de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e a máxima de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de despesas rateada para a Cooperativa foi de R$ -1.498(2020 - R$ -1.750), alocadas no grupo 'Outras despesas operacionais' na demonstração de sobras ou perdas (Nota 21).

24 Patrimônio de Referência e Capital Mínimo

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), conforme orienta as resoluções 4.192 e 4.193, ambas de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	2021	2020
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)	130.995	97.718
Referência nível mínimo requerido	90.571	68.033
Referência capital mínimo requerido	32.748	48.859
Imobilizado para cálculo do limite		
Índice de imobilização (limite 50%) - %	13,00	7,00

25 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus COVID-19

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID–19) que vêm afetando o Brasil e diversos países do mundo, trazendo riscos a Saúde Pública e impactos na economia Mundial, a cooperativa informa que, de acordo com o Plano Corporativo de resposta à Pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades da saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança de seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e a continuidade das operações e dos negócios.

O Comitê de Crise da Cooperativa está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. Estamos avaliando o assunto também junto aos nossos cooperados. Até o momento não é possível estimar os impactos que a pandemia poderá trazer para o mercado em geral e para os nossos negócios.

Adicionalmente, considerando a análise das informações e dados que temos até o momento, não temos visibilidade de impactos relevantes em nossas Demonstrações Financeiras ou indícios que impliquem em mudanças em nossas estimativas contábeis decorrentes do COVID-19.

Por fim, informamos que até o presente momento, não tivemos impactos relevantes relacionados a atrasos e provisões em nossas operações por conta do COVID-19, já que o nosso público principal é ligado ao agronegócio. Identificamos nesse período um aumento nas solicitações para renegociações de operações, buscando um prazo maior para o pagamento das mesmas, por parte dos cooperados. Entretanto, considerando que estamos expostos a riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos cooperados, colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais Federais, Estaduais e Municipais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar se seremos impactados, bem como a mensuração desses impactos. Ressaltamos que nosso principal público é vinculado ao agronegócio e estamos na grande maioria, nas pequenas cidades.

* * *